

# Atraso no saneamento

CECY OLIVEIRA\*

Uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas a pedido da ONG Trata Brasil sobre o acesso dos brasileiros a redes de coleta de esgoto revelou surpresas negativas e deixou no ar uma indagação que deveria preocupar a população gaúcha e seus políticos e governantes. Os especialistas que analisaram os dados, extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do censo do IBGE, se perguntam por que o Rio Grande do Sul deixou por tanto tempo a questão do saneamento para trás.

Os índices revelados colocam o Rio Grande do Sul na incômoda 15ª posição, segundo o levantamento de 2006, atrás de Estados menos desenvolvidos, como Acre, Paraíba e Espírito Santo. Se a comparação for com São Paulo, o Estado brasileiro melhor colocado no ranking, a distância é ainda mais significativa. Enquanto aqui menos de 15% da população dispõe de rede sanitária, entre os paulistas o percentual é de 85% dos moradores tendo seu esgoto coletado adequadamente.

Se o enfoque for a Região Metropolitana (RM), a situação piora. A região metropolitana de Porto Alegre é a penúltima colocada entre as nove RMs brasileiras. A mais bem colocada é a de Belo Horizonte, com 83,58% de acesso. A de Porto Alegre tem o índice de somente 10,01%.

O que intriga os técnicos é que o avanço de outros indicadores do Estado, como ren-

da e desenvolvimento, não tenha sido acompanhado de oferta de um serviço tão básico como é o de saneamento, especialmente coleta e tratamento de esgoto. Ainda que se leve em conta a acelerada urbanização, ou o fato de haver um grande número de pequenos municípios onde a implantação dos serviços tem uma equação mais elevada per capita, é inadmissível que os gaúchos convivam com índices tão constrangedores, onde nem mesmo sua capital pode se orgulhar dos números atuais.

O Lago Guaíba, o Rio dos Sinos e o Gravatá, para ficar só na Região Metropolitana e no Vale do Sinos, são o retrato mais eloquente do que se passa nos subterrâneos das cidades, longe dos olhos e talvez do interesse das lideranças políticas e também da população.

Em um ano de eleições municipais é um bom momento para este tema entrar na agenda dos debates. Ainda mais que os municípios reivindicam a titularidade quando o assunto é saneamento. E o marco regulatório, que acaba de completar um ano de vigência, oferece todos os instrumentos para que cada um assuma a sua parcela de responsabilidade nesta questão. Não é hora de lavar as mãos, embora esse seja um gesto que salva muitas vidas.

---

\*Jornalista